

## A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UMA ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

**Luis Fernando Vitorino<sup>1</sup>, Moacir José dos Santos<sup>2</sup>, Fabio Ricci<sup>3</sup> Monica Franchi Carniello<sup>4</sup>**

<sup>1,2,3,4</sup> Universidade de Taubaté/ Programa de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional, Rua Expedicionário Ernesto Pereira, 225 – Centro – Taubaté, SP, Brasil. fernando.vitorino@ubm.br

**Resumo-** As Instituições de Ensino Superior (IES) podem articular diferentes segmentos da sociedade do seu entorno, por meio da criação e estruturação de um ambiente técnico e científico que incremente o desenvolvimento da coletividade. A educação superior no Brasil promove a formação de cidadãos empenhados socialmente na diminuição de desigualdades e com o desenvolvimento econômico e social e a cidadania. A partir da utilização de uma estratégia de *desenvolvimento endógeno*, a participação de agentes sociais nos projetos comunitários é importante para que valores específicos e agregadores contribuam para a formação de políticas de desenvolvimento. O método aplicado foi a pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa em nível exploratório com levantamento em documentos acerca do tema. Este estudo descreve a extensão universitária como um agente social com possíveis contribuições para o desenvolvimento regional e urbano mediante uma integração efetiva entre as iniciativas acadêmicas e as demandas da sociedade com foco no estímulo ao desenvolvimento do capital social do entorno.

**Palavras-chave:** Extensão Universitária. Capital Social. Desenvolvimento

**Área do Conhecimento:** Ciências Sociais Aplicadas

### Introdução

É grande a discussão atualmente sobre o desenvolvimento regional e urbano. Em diferentes mídias e ambientes organizados, podem ser vistas manifestações sobre os caminhos que, na opinião daqueles, deve seguir a sociedade brasileira visando à melhoria das condições de desenvolvimento da comunidade e de que maneira diferentes agentes sociais poderiam contribuir com suas especialidades para este fim. A preocupação com o desenvolvimento de regiões periféricas tem sido objeto de estudos e discussões nos meios acadêmicos e na sociedade organizada. Busca-se a compreensão dos aspectos que levam ao desenvolvimento de um determinado local e os fatores que contribuem para tanto. Nesta direção, acredita-se, mais recentemente, que fatores como conhecimento, informações e pesquisa integram a composição dos elementos influenciadores deste contexto e que podem ser vistas como variáveis tão ou mais importantes que os fatores tradicionalmente sugeridos como: o trabalho, o capital e os recursos naturais.

Por ser um ambiente onde são desenvolvidos os programas de pesquisa e capacitação científica e tecnológica, as IES (Instituições de Ensino Superior) têm participado, em parceria com outras organizações, de iniciativas de estímulo à busca

de alternativas para o desenvolvimento de projetos locais.

Este trabalho apresenta a extensão universitária como um agente social de importância significativa para o desenvolvimento regional e urbano das localidades ao entorno das IES. Para tanto, pretende-se conceituar a extensão universitária e as razões que a fazem um importante agente social na sua comunidade; descrever aspectos do desenvolvimento regional e urbano e suas transformações em períodos específicos da história; apresentar a relevância da construção de redes sociais e a consequente aquisição de capital social e descrever a informação como base para a geração de conhecimento, ação social e sua relevância econômica e política.

Foram consultadas obras de diferentes autores que trataram, de forma relevante, os processos os quais contribuem para o desenvolvimento regional e urbano, mas, é evidente, cabem estudos mais profundos sobre o assunto. No entanto, acredita-se que este trabalho possa contribuir para o entendimento sobre a oportunidade da participação de atores do ambiente acadêmico, por meio da extensão universitária, em ações que visem à construção de um capital de social que estimule o desenvolvimento de projetos integrados entre a comunidade acadêmica e a sociedade.

## Metodologia

Para atingir o objetivo proposto neste trabalho, foi escolhido o método de pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa em nível exploratório, ou seja, foi realizado um levantamento em documentos já escritos acerca de determinado tema, onde é possível encontrar dados importantes e atuais de acordo com Lakatos e Marconi (2008).

Esse método, adequadamente aplicado, dá ao pesquisador importantes elementos visando ao norteamento do estudo. A importância do material bibliográfico coletado possibilita aos estudiosos subsídios adequados ou indícios importantes para nortear o estudo.

## Resultados

Vistas como um recurso local, as IES podem articular diferentes segmentos da sociedade do seu entorno, por meio da criação e estruturação de um ambiente técnico e científico que incrementa o desenvolvimento da coletividade. Acredita-se que a educação superior no Brasil promove a formação de cidadãos empenhados socialmente na diminuição de desigualdades e comprometidos com o desenvolvimento sócio-econômico e a cidadania.

Segundo definição do Programa de Apoio à Extensão Universitária (PROEX) da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. Ainda segundo o PROEX, criado em 2001, a extensão é uma via de mão dupla, com livre trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará na sociedade a oportunidade de elaboração da prática de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, professores e estudantes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, fará ampliar e elevar o nível do conhecimento anterior. Uma das finalidades do que a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, atual Lei de Diretrizes e Bases, chama de educação superior é justamente (a, inciso VII): “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”. No texto do Plano Nacional de Extensão (PNE), a extensão universitária é considerada uma prática acadêmica que interliga a Universidade, por meio de suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da maioria da população.

Segundo Soares (2004, p.7), a universidade brasileira, consolidada como espaço específico de formação de profissionais, de intelectuais e de cientistas que atuam ou atuarão na sociedade, para mantê-la ou transformá-la, organizando ou desenvolvendo os processos sociais, exige reformas que possibilitem a renovação de suas estruturas administrativas e orientem a mudança do pensamento e das práticas acadêmicas predominantes nas IES.

Falhas na execução de políticas públicas que promovam o exercício pleno da cidadania pelo indivíduo, principalmente de camadas sociais menos favorecidas, fazem com que a sociedade solicite um compromisso maior das IES com as questões inerentes à responsabilidade social. A abertura de canais de comunicação com a comunidade, através da extensão universitária, constitui-se num ponto de convergência regional que contribui para a emancipação das pessoas, dando-lhes sensibilidade para as questões do coletivo, da melhoria da qualidade de vida da população, da liberdade comunicativa e do exercício corresponsável da vivência em comum, indo da sala de aula às ações externas. Espera-se que sejam conhecidas, nos ambientes acadêmicos e sociais, as transformações e contribuições dadas pelos programas de extensão universitária desenvolvidos por IES a partir da instalação destas em diferentes comunidades. Basicamente, estes programas são divididos em áreas de atuação e conhecimento, como: capacitação e atualização profissional, valores humanos e cidadania, cultura, meio ambiente e saúde. Em cada uma destas áreas os projetos, construídos de maneira integrada com a comunidade a partir de demandas da coletividade, têm como objetivo transformar, para melhor, uma realidade existente naquele contexto.

Por meio de cursos de curta duração, onde são disponibilizadas oportunidades para a formação, capacitação e treinamento da mão de obra qualificada, que podem suprir as necessidades do parque produtivo regional, ou por meio de ações que permitem o aconselhamento e orientações sobre os direitos sociais e práticas preventivas sobre a saúde e o meio ambiente, a interação entre as IES, o poder público, a iniciativa privada e outros agentes sociais pode estabelecer condições para o desenvolvimento de uma determinada região.

Projetos de incubadoras de empresas executados por professores e acadêmicos podem ser o marco inicial que permite o surgimento de aglomerados de empresas que, a partir da qualificação dos recursos e da estruturação de infra-estrutura diversificada, criem parques industriais em algumas localidades. As Empresas Juniores, com suas atividades de

assessoria administrativa e estímulo a comportamentos empreendedores, em parceria com órgãos oficiais ou privados de apoio a pequenos e médios empresários, têm o seu foco no apoio ao desenvolvimento de projetos de estímulo à iniciativa privada. Os Núcleos de Práticas Jurídicas esclarecem dúvidas, orientam a sociedade e formalizam documentos necessários para que o cidadão tenha o amparo da lei no exercício de seus direitos e deveres. Os Centros Integrados de Saúde, por sua natureza preventiva e de atendimento ambulatorial, oferecem à comunidade uma prestação de serviços de qualidade, promovendo as condições básicas de saúde coletiva. Existem as participações temporárias ou permanentes de professores e dirigentes em conselhos comunitários ou em equipes que constroem projetos de interesses comunitários. Portanto, as IES, através de sua comunidade acadêmica e iniciativas voltadas para a produção do conhecimento, é um ambiente que dispõe de alternativas que, em parceria com outros agentes sociais locais, poderão identificar oportunidades para o desenvolvimento regional.

### Discussão

Em nosso cotidiano, ao se usar o termo desenvolvimento, acredita-se estar se tratando sobre o aumento da capacidade ou possibilidades de algo. Caso refira-se a um ser humano individualmente, podemos detalhar aspectos físicos, psicológicos, morais ou intelectuais. No caso de uma comunidade ou um ato de construção coletiva, podemos entender que os aspectos que compõem a formação e estruturação deste coletivo social podem se desenvolver de formas diferenciadas em suas especificidades.

Segundo Sen (1999, p.17), o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Para este economista indiano, o enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico e modernização. Para ele, as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas e os direitos civis, ou seja, a industrialização, o crescimento tecnológico ou a modernização social contribuem para a expansão da liberdade humana, mas esta também depende de outras influências. Para haver desenvolvimento, segundo este autor, é necessário que se removam as principais fontes de privação de liberdade: a pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e

destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva dos estados repressivos.

Entende-se que é oportuno, para o desenvolvimento regional, o estímulo a ações que possibilitem o acesso ao indivíduo a oportunidades de escolhas que o tornem um agente influenciador do seu ambiente coletivo. Para tanto, é necessário o estabelecimento, por meio da comunidade reunida, de processos sociais fundamentados nas necessidades e características da região que executem iniciativas visando ao desenvolvimento do capital intelectual e ofereçam condições que diminuam ou até mesmo excluam as carências de oportunidades sociais.

Segundo Marteleto e Silva (2004, p.41-49), o acesso à informação é um elemento-chave para o desenvolvimento econômico e social de comunidades e grupos sociais. A capacidade de obter informações, além dos contornos restritos da própria comunidade, é parte do capital relacional dos indivíduos e grupos. As transformações dependem das redes existentes entre os indivíduos do grupo e atores localizados em outros espaços sociais, ou seja, do capital social da comunidade. As relações existentes entre os indivíduos fazem parte do capital existente nas sociedades, enfatizando o fato de que, como capital, serve de base para o desenvolvimento social e econômico.

O capital social é definido por normas, valores, instituições e relacionamentos compartilhados que permitem cooperação dentro ou entre diferentes grupos sociais. Diferentemente, o capital humano se refere ao conjunto de características pessoais dos indivíduos e possibilitam o aumento das possibilidades de produtividade, de bem-estar pessoal, social e econômico e do capital físico, que vêm a ser os instrumentos para a produção, ou seja, ferramentas e tecnologias.

Acredita-se que haja muitos autores desenvolvendo pesquisas sobre o tema e sua importância no contexto de diferentes comunidades. Para Pierre Bourdieu (*apud* MARTELETO; SILVA, 2004, p. 46), capital social vem a ser “o agregado de recursos atuais ou potenciais, vinculados à posse de uma rede duradoura de relações de familiaridade ou reconhecimento mais ou menos institucionalizadas”. Ainda, para este autor, “a noção de capital social se impõe como o único meio de designar o princípio de efeitos sociais que, ainda que possam ser captados de forma clara no nível dos agentes singulares, não se deixam reduzir ao conjunto de propriedades individuais que possui um agente determinado”[...] (Bourdieu, 1980, p.2). Para James Coleman (*apud* MARTELETO; SILVA, 2004, p. 46), o capital social é entendido em termos

funcionais, isto é, consiste em todos aqueles elementos de uma estrutura social que cumprem a função de servir como recursos para que atores individuais atinjam suas metas e satisfaçam seus interesses. É um bem comunitário que supõe a existência de grupos homogêneos com valores e interesses comuns.

Neste contexto, podemos entender a importância e singularidade dos agentes sociais que, com suas características e experiência cognitiva, podem contribuir de forma significativa na produção coletiva do desenvolvimento do seu entorno social. A afinidade e a integração no ambiente regional permitem aos agentes locais criarem competências particulares em assuntos da sua área de atuação e contribuir de forma significativa na formação de uma cultura regional. Assim sendo, a definição do modelo de desenvolvimento pode ser estruturada a partir dos próprios atores locais e não mais por meio de planejamento centralizado ou das leis do mercado. Fatores endógenos estabelecem as bases para as transformações da comunidade.

Para Sicsú (1997), a ideia de desenvolvimento endógeno de uma determinada região está associada à criação, em bases sustentáveis, de condições para a expansão de suas atividades produtivas, por meio da ampliação quantitativa de sua estrutura econômica. Para isso, pode-se tanto fomentar atividades e base local quanto atrair novas atividades, fazendo-se uso dos instrumentos de política econômica, tendo em conta as condições e potencialidades locais.

## Conclusão

A partir da utilização de uma estratégia de *desenvolvimento endógeno*, a participação de agentes sociais nos projetos comunitários é importante para que valores específicos e agregadores contribuam para a formação de políticas de desenvolvimento local.

A possibilidade de construção de um ambiente de desenvolvimento a partir de determinada região possibilita a integração de atores interessados em diferentes ações individuais e/ou coletivas. As necessidades se diferenciam de acordo com áreas do conhecimento e atuação social e estão atreladas às capacidades e oportunidades de cada um. As organizações públicas e privadas podem, assim, criar condições para dar suporte a empreendimentos que possibilitem o surgimento e consolidação de áreas de conhecimento e produtividade a partir das localidades.

O papel de uma IES como agente de fomento ao desenvolvimento regional fica caracterizado pelas transformações de ordem econômica e social que ocorrem a partir da sua instalação em

determinada região. Sua presença traz mudanças significativas ao meio instrumental e organizativo que levam ao crescimento intelectual coletivo e à melhoria das condições de vida da população.

A necessidade de melhor qualificação da mão-de-obra e a frequente alteração do ritmo das mudanças e de projetos de inovação nos processos de produção estimula que haja um aumento na demanda por uma educação superior de qualidade e integrada ao desenvolvimento. A atualização e aperfeiçoamento de práticas e metodologias de produção e dos sistemas organizacionais que possibilitam a melhoria do desempenho individual e coletivo tornam necessária a presença de IES como suporte ao desenvolvimento e aperfeiçoamento dos sistemas produtivos.

A Extensão Universitária, através de seus projetos elaborados pela comunidade acadêmica, pode ser um agente social que estabeleça práticas de assessoria a diferentes organizações, estimulando a construção de estratégias para a formulação de políticas alternativas visando ao desenvolvimento regional.

## Referências

HIGGINS, Silvio Salej. **Fundamentos Teóricos do Capital Social**. Chapecó, 2005.

MARTELETO, R.G; SILVA, A. B. de O. **Redes e Capital Social: p enfoque da informação para o desenvolvimento local**. Ci.Inf., Brasília, v.33, n.3, p.41-49, st./dez.2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a06v33n3.pdf>. Acesso em: 01 mar.2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei 9.394**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf> Acesso em: 11 jul. 2009, (referente a menção da Lei).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Decreto 3860**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/DecN3860.pdf>. Acesso em: 29 set. 2009.

PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. **Sistemas de dados e informações da Extensão: Base operacional de acordo com o plano Nacional de Extensão / Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**. Rio de Janeiro: NAPE, UERJ, 2001. (coleção Extensão Universitária ; v.1,2.)

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento com Liberdade**. São Paulo, Editora Schwarcz, 1999.

SICSÚ, A. B. **O papel da extensão universitária no desenvolvimento regional: considerações sobre o caso brasileiro**. Recitec, Recife, v.01, p.52-67, jan./dez.1997 Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/rtec/not/not-001.doc> Acesso em: 10 mar.2010.

SOARES, V.L. **Bases Conceituais da Extensão: construindo os caminhos**. Fórum de Extensão das IES Brasileiras. Brasília: Fórum, 2004.